voto do Exmº. Sr. Conselheiro Relator, com fundamento nos arts. 38, inciso I e 39 da Lei Complementar nº 12 de 9 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais) e aplicar ao Sr. JOÃO PEDROSA GOMES, Prefeito à época CPF nº. 153.006.762-68, multa na importância de R\$ 5.750,00 (cinco mil setecentos e cinquenta reais), pela intempestividade na apresentação da prestação de contas, a ser recolhida na forma como dispõem a Lei Estadual nº. 7.086/2008, c/c os arts. 2º., IV, 3º. Da Resolução TCE nº. 17.492/2008, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado. Este Acórdão constitui título executivo, passível cobrança judicial da dívida líquida certa decorrente do débito e multa imputados, caso não haja recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 46.878

Processos nº. 2007/51484-0

Assunto: Prestação de Contas referente ao Convênio nº. 125/06 firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE AVEIRO e a SEPOF

Responsável: Sra. MARIA GORETE DANTAS XAVIER, Prefeita

Relator: Conselheiro IVAN BARBOSA DA CUNHA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº. Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso II, c/c art. 74, inciso II e VIII, da Lei Complementar nº. 12, de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares com ressalva as contas no valor de R\$-61.047,08 (sessenta e um mil, quarenta e sete reais e oito centavos) e aplicar a Sra. MARIA GORETE DANTAS XAVIER, Prefeita à época, CPF nº. 086.014.962-53, as multas de R\$-300,00 (trezentos reais), pela intempestividade na apresentação da prestação de contas e R\$-200,00 (duzentos reais), pela infração à norma legal, a serem recolhidas no prazo de (30) trinta dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente das multas imputadas, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº 46.879

Processos nº. 2007/51946-9

Assunto: Prestação de Contas referente ao convênio nº. 064/2006 e termos aditivos, firmados entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS e a SAGRI.

Responsável: Sr. ADNAN DEMACHKI - Prefeito à época.

Relator: Conselheiro Substituto EDILSON OLIVEIRA E SILVA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Senhor Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I e 39 da Lei complementar nº. 12 de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$40.000,00 (quarenta mil reais), e dar quitação ao responsável.

ACÓRDÃO Nº 46.880

Processo nº 2008/50448-9

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio nº 009/2007, firmado entre a ESCOLA DE SAMBA GRITO DA LIBERDADE e a ASIPAG.

Responsável: Sr. JOÃO DE ALMEIDA COSTA – Presidente.

Relator: Conselheiro IVAN BARBOSA DA CUNHA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº. Sr. Conselheiro Relator, com fundamento nos arts. 38, inciso I c/c o art. 74, inciso VIII da Lei Complementar nº 12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas na importância de R\$6.000,00 (seis mil reais), e aplicar a Sr. JOÃO DE ALMEIDA COSTA – Presidente, (C.P.F. nº 087.914.062-34), multa no valor de R\$200,00 (duzentos reais), pela intempestividade na

apresentação da Prestação de Contas, a ser recolhida no prazo de (30) trinta dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa, decorrente da multa, se não recolhida no prazo legal, conforme estabelece o art. 116, § 3º da Constituição Estadual e arts. 45, inciso III, "b" e 46, c/c o art. 50 da Lei Complementar nº 12/93.

ACÓRDÃO Nº 46.881

Processo nº 2009/51827-4

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Exercício Financeiro de 2008 do INSTITUTO DE METROLOGIA DO ESTADO DO PARÁ.

Responsável: Sr. FRANCISCO SÁVIO FERNANDEZ MILÉO, Diretor Presidente

Relator: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JÚNIOR

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº. Sr. Conselheiro Relator, com fundamento nos arts. 38, inciso I e 39 da Lei Complementar nº 12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$8.393.857,18 (oito milhões trezentos e noventa e três mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e dezoito centavos) e dar quitação ao responsável.

ACÓRDÃO Nº 46.882

Processo nº 2001/51341-5

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº 001/2000 firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA e a CBM

Responsável: Sr. CLAUDOMIRO GOMES DA SILVA, Prefeito à época

Relator: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JÚNIOR

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I, c/c o art. 74, inciso VIII, da Lei Complementar nº 12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais), e aplicar ao Sr. CLAUDOMIRO GOMES DA SILVA, Prefeito à época (C.P.F. nº. 249.356.972-53), a multa de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), pela instauração da tomada de contas, a ser recolhida na forma do disposto na Lei Estadual nº. 7.086/2008, c/c os art. 2º., IV E 3º. DA Resolução nº. 17.492/08/TCE, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa, decorrente do débito e multa imputados, caso não haja recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Lei constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 46.883

Processo nº 2006/50683-6

Assunto: Tomada de contas referente ao convênio nº. 287/2004 e termos aditivos firmados entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE VIGIA DE NAZARÉ e a SEPOF.

Responsável: Sra. MARLENE MACEDO PAIVA DE VASCONCELOS, Prefeita à época

Relator: Conselheiro IVAN BARBOSA DA CUNHA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº. Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, I c/c o art. 74, inciso VIII da Lei Complementar nº. 12, de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas, no valor de R\$-50.000,00 (Cinquenta mil reais), e aplicar à Sra. MARLENE MACEDO PAIVA DE VASCONCELOS, Prefeita à época, C.P.F. nº. 098.982.201-04, a multa de R\$-300,00 (trezentos reais) pela instauração da tomada de contas, a ser recolhida no prazo de (30) trinta dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do

débito e multas imputados, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº 46.884

Processo nº 2006/50917-5

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº. 045/2005 firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA DE PEDRAS e a SAGRI.

Responsável: Sr.ª CONSUELO MARIA DA SILVA CASTRO – Prefeita à época.

Relator: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JÚNIOR

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I, c/c art. 74, inciso VIII da Lei complementar nº. 12 de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$12.000,00 (doze mil reais), e aplicar a Sra. CONSUELO MARIA DA SILVA CASTRO– Prefeita à época, CPF Nº. 270.872.392-87, multa de R\$200,00 (duzentos reais), pela instauração da tomada de contas a ser recolhida no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente da multa, se não recolhida no prazo legal, conforme estabelece o art. 116, § 3º da Constituição Estadual e arts. 45, inciso III, "b" e 46, c/c o art. 50 da Lei Complementar nº. 12/93.

ACÓRDÃO Nº. 46.885

Processo nº. 2007/50220-7

Assunto: Tomada de Contas relativa ao convênio nº 027/2005, firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE FARO e a SETRAN.

Responsável: Sr. DENILSON BATALHA GUIMARÃES – Prefeito.

Relator: Conselheiro IVAN BARBOSA DA CUNHA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº. Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I c/c o art. 74, inciso VIII da Lei Complementar nº 12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas na importância de R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais) e aplicar ao Sr. DENILSON BATALHA GUIMARÃES – Prefeito, (C.P.F. nº 366.782.952-34), multa no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), pela instauração da Tomada de Contas, a ser recolhida no prazo de (30) trinta dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida decorrente do débito, se não recolhidos no prazo legal, conforme estabelece o art. 116, § 3º da Constituição Estadual e arts. 45, inciso III, "b" e 46 c/c o art. 50 da Lei Complementar nº. 12/93.

ACÓRDÃO Nº. 46.886

Processo nº. 2007/51434-1

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº. 299/2006 firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMEIRIM e a SEPOF.

Responsável: Sr. GANDOR CALIL HAGE NETO – Prefeito à época

Relator: Conselheiro IVAN BARBOSA DA CUNHA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº. Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I c/c o art. 74, inciso VIII, da Lei Complementar nº. 12 de 9 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$ 43.856,00 (quarenta e três mil oitocentos e cinquenta e seis reais). e aplicar ao Sr GANDOR CALIL HAGE NETO, Prefeito à época, CPF:296.651.832-49, a multa de R\$ 300,00 (trezentos reais), pela instauração da tomada de contas, a ser recolhida no prazo de trinta (30) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.